



Mais rigor contra bloqueio de vias segue para sanção

MP foi aprovada com a inclusão de dezenas de outras mudanças no Código de Trânsito

A medida provisória que aumenta a punição para quem utilizar veículos para bloquear vias públicas foi aprovada pelo Senado com as mudanças feitas pelos deputados, entre elas a inclusão de pedestres entre os que podem ser punidos, multa para recusa a teste do bafômetro e a classificação de dirigir alcoolizado como infração gravíssima. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plenário aprovou medida, mas excluiu emenda dos deputados sobre o Uber

BNDES e FGTS vão receber crédito extra

O Plenário aprovou ontem a liberação de R\$ 37,5 bilhões em créditos extraordinários. A maior parte da verba — R\$ 15,1 bilhões — será destinada para quitar débitos da União com o BNDES. Outros R\$ 10,9 bilhões serão usados para colocar em dia dívidas da União com o FGTS.

A medida provisória que abriu o crédito também

destinou R\$ 2,5 bilhões para cidades e estados que estão com taxas altas de dengue, chicungunha e zika.

Cássio Cunha Lima e Alvaro Dias disseram que o dinheiro vai tapar o rombo deixado pelas pedaladas fiscais. Lindbergh destacou que as manobras fiscais limitaram-se ao Plano Safra, executado pelo Banco do Brasil. **3**

Funcionamento de empresa júnior já tem normas **2**

Ação para economia de energia depende agora do governo **5**

CPI do Futebol fará nova votação sobre depoimentos **7**

País deve passar a ter Dia de Combate ao Bullying **8**

Paulo Pinto



Ginástica artística é uma das modalidades que estarão em disputa

Regras sobre Jogos Olímpicos do Rio são aprovadas

A regulamentação a ser seguida para o país cumprir os acordos firmados sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro foi aprovada ontem no Senado. O projeto esta-

belece regras sobre a venda de ingressos, descontos para estudantes, idosos e pessoas com deficiência e assentos especiais. Também prevê medidas para segurança do público e dos atletas. **3**

Plenário votará inclusão de teatro e dança nas escolas **5**

Proposta prevê voluntários no combate a fogo **7**

Aldo teme que cortes aumentem a vulnerabilidade da Amazônia

“Estamos buscando contornar o contingenciamento de recursos para retirar a parte que se destina a programas

estratégicos”, disse ontem o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, em audiência. Ele relatou prejuízos às Forças Armadas. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ministro da Defesa participa de audiência na Comissão de Relações Exteriores

Lei da Reforma Administrativa é sancionada

A Lei da Reforma Administrativa, que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República, foi sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff. O texto é resultado de medida provisória aprovada pelo Senado em março. O objetivo do governo é extinguir cargos e diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. **2**

Morte no trânsito poderá ter pena mais rígida

A Comissão de Direitos Humanos debateu ontem projeto de Cristovam Buarque que torna crime hediondo o acidente de trânsito com morte provocado por motorista alcoolizado. Os participantes da audiência se disseram favoráveis a mais rigidez na lei para esses casos, mas não houve consenso sobre a necessidade de considerá-los crimes hediondos. **4**

Reforma agrária será corrigida, diz ministro

As distorções no cadastro do Incra, que inclui políticos, empresários e até 37 mil pessoas falecidas entre os assentados da reforma agrária, foram questionadas ontem pelos senadores durante audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Entre cerca de 1,5 milhão de beneficiários, há 578 mil irregulares, conforme auditoria do TCU. O ministro disse que cooperação técnica entre Incra e tribunal vai corrigir desvios. **6**



Pedro Franco/Agência Senado

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve ministro

Dilma sanciona Lei da Reforma Administrativa

Aprovada pelo Senado em março, medida reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias do Poder Executivo. Objetivo da Presidência é diminuir a máquina pública federal para cortar gastos

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou com vetos a Lei da Reforma Administrativa (Lei 13.266/2016), que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República. O texto é uma conversão da Medida Provisória 696/2015, aprovada pelo Senado em março.

A nova lei refere-se à reforma administrativa anunciada pela presidente em setembro do ano passado, quando prometeu extinguir 3 mil cargos no

Poder Executivo. A medida tem o objetivo de diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. Trata das fusões entre os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e entre as pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura. Pela MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir.

A Secretaria-Geral da

Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional retomou o nome de Casa Militar da Presidência, que tinha até 1999. As Secretarias de Direitos Humanos, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres passaram a compor um único órgão.

O texto da nova lei e as razões dos vetos presidenciais estão publicados em edição extra do *Diário Oficial da União* que circulou ontem.



Moreira/Mariz/Agência Senado

Senador cita o *Jornal do Senado* ao defender a agilização da proposta

Valadares pede votação de projeto que torna obrigatória audiência de custódia

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu, na quarta-feira, a inclusão em pauta de projeto dele que estabelece o prazo máximo de 24 horas para um preso em flagrante ser apresentado ao juiz (PLS 554/2011). Desde 2015, a prática, chamada audiência de custódia, vem sendo implementada no país, por força de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o senador defende que vire lei.

Valadares citou reportagem publicada no *Especial Cidadania* do *Jornal do Senado*. O texto, elogiado pelo senador, mostra a situação das prisões provisórias (aquelas sem sentença condenatória) e explica o funcionamento das audiências de custódia.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH).

Plenário aprova 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil para Cristo

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que institui 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil para Cristo. O projeto (PLC 87/2014), do deputado Roberto de Lucena (PV-SP), segue para sanção.

Fundada em 3 de março de 1956 pelo missionário Manoel de Mello e Silva, a igreja (que começou como um movimento itinerante de evangelismo) “inovou nos

ritos religiosos, enfrentou a censura do regime militar e se tornou uma das principais igrejas evangélicas pentecostais do país”, segundo a justificativa. Hoje são mais de 4 mil congregações no Brasil, com 2 mil pastores e cerca de 1 milhão de membros e frequentadores. A igreja já está presente em Portugal, Estados Unidos, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru.



Esplanada dos Ministérios, com o Congresso ao fundo: governo federal prometeu extinguir 3 mil cargos no Executivo

Regulamentação de empresa júnior está em vigor

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.267/2016, que regulamenta a criação e a organização de empresas juniores e seu funcionamento em instituições de ensino superior.

Para ser considerada empresa júnior, a organização terá que ser uma associação civil gerida e integrada por estudantes matriculados em cursos de graduação com o objetivo de promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos. O trabalho deve ser voluntário e com fins não lucrativos. Os estudantes ainda

podem oferecer consultoria a pequenas e microempresas que não têm condições de contratar esses serviços.

A nova lei resulta do PLS 437/2012, apresentado por José Agripino (DEM-RN) e aprovado pelo Senado em 2014. Após ser submetido à Câmara dos Deputados, o projeto voltou a ser votado pelo senadores em março deste ano, para a análise de três emendas.

Ao sancionar a lei, a presidente Dilma Rousseff vetou o item do artigo 3º que facultava à empresa júnior a admissão de pessoa física ou jurídica

que deseje colaborar com a entidade. Ela alegou que o item “poderia desvirtuar o objetivo educacional da empresa júnior ao permitir admissão de pessoa jurídica em associação que deve ser constituída por estudantes”. A presidente também ressaltou, na mensagem de veto, que o dispositivo poderia gerar incertezas quanto às relações financeiras do regime de colaboração, “podendo haver eventual prestação de serviço por pessoa jurídica mascarada como colaboração, burlando direitos trabalhistas e deveres tributários”.

TV Senado exhibe programa sobre o Panama Papers

O programa da TV Senado *Agenda Econômica* deste domingo trata do Panama Papers, o escândalo mundial das contas bancárias e empresas de milionários de todo o mundo em paraísos fiscais.

A investigação está sendo feita pela ONG Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que recebeu mais de 11,5 milhões de documentos do escritório de advocacia Panamenho Mossak Fonseca. Eles mostram o envolvimento

de personalidades da política, da economia e do futebol de vários países com a abertura de contas e de empresas *offshore* (em locais onde a lei facilita a aplicação de capitais estrangeiros) de forma irregular.

O programa convidou o coordenador do MBA de Relações Institucionais do Ibmec, Marcio Coimbra, para analisar a situação. Apesar dos fortes indícios de irregularidades, Coimbra defende a necessidade de redução das tributações

em todos os países como única forma de evitar a abertura de *offshores*.

Já os senadores José Medeiros (PSD-MT) e Lindbergh Farias (PT-RJ) falam sobre a necessidade de maior fiscalização dos eleitores sobre as ações dos políticos e de uma reforma política ampla, que impeça o domínio do empresariado sobre o mundo político.

Agenda Econômica
• domingo, às 13h e às 23h

ERRAMOS
Diferentemente do publicado na pág. 2 da edição da quarta-feira, o título do correto da reportagem é “Juristas apresentam projeto da Lei Geral da Desburocratização”. Leia mais sobre o tema na pág. 4 desta edição.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Pronunciamentos
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO
A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado crédito extra para BNDES e FGTS

Medida provisória liberou R\$ 15,1 bilhões para pagar débitos da União com o banco estatal. Para oposição, verba vai tapar buraco das pedaladas

O SENADO APROVOU ontem crédito extraordinário de R\$ 37,5 bilhões. O projeto de lei de conversão é decorrente da Medida Provisória (MP) 702/2015. A maior parcela do crédito liberado — R\$ 15,1 bilhões — destina-se ao pagamento de passivos do BNDES, determinado em acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) de abril de 2015.

A menor parcela dos recursos — R\$ 2,5 bilhões — destina-se ao reforço dos serviços de saúde à população nos estados e municípios que apresentam alta incidência das epidemias de dengue, chikungunha e zika.

Ao Ministério do Trabalho cabem R\$ 10,9 bilhões para o complemento da atualização monetária dos recursos do FGTS. Para o Ministério das Cidades são destinados R\$ 8,9 bilhões, a fim de viabilizar o



Renan preside votações: MP liberou R\$ 37,5 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões vão para estados com alta incidência de zika

pagamento de passivos relacionados à implementação de projetos como o Minha Casa, Minha Vida.

Como a maior parcela do crédito se destina ao pagamento de passivos da União com o BNDES, a oposição aproveitou a votação para retomar o tema que pauta o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O senador José Medeiros

(PSD-MT) chamou a MP de “um dos pedaços do corpo no crime das pedaladas fiscais”. Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Alvaro Dias (PV-PR) observaram que esse dinheiro visa “tapar o rombo das pedaladas fiscais” no BNDES.

Após reclamar pela oposição “aproveitar a discussão de uma MP para inserir o debate do impeachment da

presidente Dilma Rousseff”, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) recomendou a leitura do relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) sobre o assunto. Segundo Lindbergh, as menções de Jovair às pedaladas limitam-se ao Plano Safra, executado pelo Banco do Brasil.

— Ao falarem de pedaladas fiscais de forma genérica, é importante ir para a peça

[relatório de Jovair Arantes] e entender que é só sobre o Plano Safra — acrescentou.

Alvaro lamentou que o governo tenha colocado com os recursos do pagamento das pedaladas o dinheiro para combate ao Zika vírus. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que, “com todos os senões” em relação à MP, votaria pela aprovação, lembrando que ontem se comemorou o Dia Mundial da Saúde.

Mesmo votando favoravelmente à MP, Cássio e Medeiros citaram uma nota técnica da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado a fim de apontar outro problema no crédito para pagamento de passivo com o BNDES: pela Constituição, a MP com objetivo semelhante deve contemplar despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis. Segundo a nota técnica, “não há como se cogitar a existência de imprevisibilidade” nos recursos para pagar o BNDES, porque a determinação do TCU é de abril de 2015.

Regras para Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 vão a sanção

Projeto que detalha os acordos firmados pelo Brasil para receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi aprovado ontem pelo Plenário. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2016 segue para sanção.

Entre as regras para venda de ingressos, ficou estabelecido desconto de 50% para estudantes residentes no país nas categorias de menor preço. Já os idosos acima de 60 anos e as pessoas com deficiência e seu acompanhante que também residam no país terão desconto de 50% nos ingressos para todas as categorias de preço.

A proposta obriga ainda as entidades organizadoras a oferecer, respectivamente, 4% de assentos para pessoas com deficiência e 2% de assentos para pessoas com mobilidade

reduzida — para todas as categorias de preço — em locais de boa visibilidade e com instalações adequadas. A medida tem a intenção de evitar áreas segregadas de público e obstrução das saídas nos locais das competições.

Segurança

O projeto também prevê medidas para garantir a segurança do público e dos atletas e impedir manifestações racistas, xenófobas ou discriminatórias. O texto disciplina também os trabalhos voluntários, trata de proteção dos direitos comerciais, de marcas e símbolos e regula condições de acesso e permanência em locais oficiais.

Os senadores Alvaro Dias (PV-PR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informaram

que votaram contra o projeto. Segundo eles, a experiência do país na realização da Copa do Mundo em 2014 mostrou que o Brasil cedeu a pressões e ofereceu benesses além das necessárias aos organizadores do evento, especialmente à Fifa, uma entidade “notoriamente corrupta”.

— Neste momento em que vivemos uma crise brutal, o governo faz concessões exageradas para um evento que não trará o retorno que se espera, a exemplo do que ocorreu com a Copa — disse Alvaro.

Durante a tramitação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), ressaltou a importância de o país adequar seu ordenamento jurídico a grandes eventos.

Liberados R\$ 490 milhões para organização dos Jogos no Rio

O Plenário aprovou ontem, com o voto contrário de Randolfe Rodrigues, a Medida Provisória 710/2016, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,47 bilhão para os Ministérios da Justiça, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura e do Turismo e também para o pagamento de encargos financeiros da União. Parte dos recursos — cerca de R\$ 490,5 milhões — será destinada a gastos com a organização das Olimpíadas de 2016. O texto vai a promulgação.

Randolfe foi o único opositor a votar contra a liberação do crédito. Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) declararam voto favorável, mas com reservas.

— O PSDB vai votar a favor porque não quer o insucesso das Olimpíadas. As despesas das Olimpíadas já estavam previstas desde 2009. O crédito extraordinário existe para fazer frente a despesas imprevisíveis e urgentes. O que votamos aqui é mais um atestado da falta de planejamento do governo federal. Vou votar a favor, mas registro esse gesto de descaso e incapacidade do atual governo — disse Cássio. Caiado registrou preocupa-

ção, por sua vez, com recente decisão do governo federal de liberar mais de R\$ 6,6 bilhões para emendas parlamentares individuais. Em mandado de segurança impetrado pelo DEM no Supremo Tribunal Federal (STF), o partido pede à Corte para determinar uma distribuição “equânime” das verbas para emendas, como estabelece a Constituição.

— A base do mandado de segurança pede ao STF que defina que a distribuição das emendas não será seletiva e não só para aqueles que vão votar contra o impeachment [da presidente Dilma] ou se dispuseram a mudar o voto — afirmou Caiado.

Randolfe justificou sua rejeição à MP por ser contrário a uma liberação bilionária para as Olimpíadas no momento em que se exige contenção nos gastos públicos.

Lindbergh Farias (PT-RJ) saiu em defesa do governo Dilma e sustentou que o crédito extraordinário não representa um gasto a mais, mas apenas um remanejamento interno de recursos. Ele assegurou que a liberação de verbas para as emendas individuais será feita de forma igualitária para parlamentares da situação e da oposição.



Texto traz medidas para garantir segurança de atletas e do público e prevê desconto para idosos, deficientes e estudantes

Debatedores querem lei de trânsito mais dura

Transformação do acidente com morte provocado por motorista alcoolizado em crime hediondo, no entanto, não foi unânime em audiência na Comissão de Direitos Humanos

PROJETO QUE TORNA crime hediondo o acidente fatal de trânsito provocado por motorista alcoolizado foi tema de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os expositores se manifestaram favoravelmente ao endurecimento da lei, embora não tenha havido total consenso sobre a necessidade de incluir esse crime no rol dos hediondos.

A audiência foi requerida por Telmário Mota (PDT-RR), que é relator do PLS 1/2008, de autoria de Cristovam Buarque (PPS-DF). O projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para que provocar acidente com morte seja considerado crime hediondo quando o motorista tiver ingerido bebida alcoólica.

Atualmente, o CTB determina o limite de 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar para o motorista. O condutor que dirige embriagado e provoca uma morte no trânsito pode ser condenado apenas por homicídio culposo, aquele em que não há intenção de matar. Vários juízes, no entanto, já têm entendido, nas sentenças, que o crime pode ser considerado homicídio doloso, porque o motorista assumiria o risco de matar ao dirigir alcoolizado.

No debate, o presidente da ONG Trânsito Amigo, Fernan-

do Diniz, contou que perdeu o filho num acidente em março de 2003. Fabrício Diniz tinha 20 anos e pegou carona com um amigo recente que dirigia alcoolizado e sob o efeito de drogas. No acidente, morreram ainda duas jovens de 18 anos. O motorista, dez anos após o crime, ainda é foragido.

— Ainda prevalece o desprezo à vida com a aplicação de penalidades leves e que não estão à altura do dano causado — afirmou Diniz.

116 mortes por dia

Ricardo Xavier, diretor-presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), afirmou que o endurecimento das

leis e a evolução dos veículos têm diminuído as mortes no trânsito no Brasil. Ainda assim, é um número alto, que somou 116 mortes por dia em 2015.

O deputado federal Hugo Leal (PSB-RJ) afirmou ser um entusiasta do endurecimento da lei para o motorista que dirige alcoolizado, mas se disse preocupado com a possibilidade de, ao se alterar a legislação, liberar os que hoje respondem a processo devido à assimetria da norma superveniente.

Questionado por Cristovam se a aprovação do projeto traria uma mudança efetiva na realidade do trânsito, o deputado Hugo Leal disse que outras propostas que tramitam no Senado, como a Medida Provisória 699/2015 e o Projeto de Lei da Câmara

144/2015, que ampliam as penas, seriam mais eficazes do que transformar o crime em hediondo, algo não totalmente descartado na opinião dele.

Justiça tolerante

Leal ressaltou o fato de que a Justiça brasileira não é severa com crimes de trânsito comparativamente a outros homicídios ou crimes como estupro e pedofilia, porque juízes já estiveram na situação de dirigir alcoolizados ou, se não estiveram, pensam que eles ou os filhos poderiam estar.

— No momento em que ele (juiz) vai decidir uma ação dessa, ele pensa: “Realmente não sou estuproador, não sou pedófilo, não sou homicida, mas beber e dirigir, isso eu já fiz” — exemplificou.

A deputada Christiane de Souza Yared (PR-PR), por sua vez, é totalmente favorável a transformar em crime hediondo o homicídio no trânsito no caso de condução sob o efeito de álcool ou drogas.

— Quando nós exigimos algumas coisas não é porque queremos ser mais reais que o rei. É que nós temos direitos que acabam não chegando a nós. E esse preço é um preço muito alto. Quem paga realmente é a família que acaba deixando de poder conviver com algumas pessoas. E a tristeza é tão assustadora, porque desmancha a família — disse.

Leal alertou para o fato de que, para incluir o crime de homicídio no trânsito por condução sob efeito de álcool no rol dos crimes hediondos, precisaria ser modificada a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990), e não o CTB, como está na proposta. Cristovam encerrou a audiência afirmando que o projeto também tem a intenção de provocar o debate, pois o país vive uma verdadeira guerra civil no trânsito.

— Trânsito é uma questão de educação e de engenharia também. E, sobretudo, de consciência de que nós estamos num processo de guerra civil, cuja arma tem sido os veículos motorizados nas mãos de irresponsáveis. E temos a obrigação de trazer responsabilidade para o trânsito — disse o senador.



O deputado Hugo Leal e o presidente da Seguradora Líder, Ricardo Xavier, se mostraram reticentes a algumas mudanças

Dívidas estaduais de servidor serão tema de audiência

O projeto de lei complementar (PLP 257/2016) que garante um prazo maior para os estados pagarem o que devem à União está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados. Se aprovado, seguirá ao Senado. O impacto para os servidores públicos dessa renegociação das dívidas será debatido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na segunda-feira, a partir das 15h.

Várias entidades do funcionalismo têm criticado a proposta porque ela estabelece, como forma de garantir o equilíbrio fiscal dos estados, uma série de medidas que atingem os servidores. Entre elas, a suspensão de concursos públicos, o congelamento de salários, a revisão de gratificações e a elevação das contribuições pagas à Previdência.

O projeto, que faz parte do pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo no final de

2014, dá mais 20 anos de prazo para os estados pagarem suas dívidas com a União e mais 10 anos para o pagamento das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ficará a critério dos estados aderir ou não ao acordo.

Foram convidados para a audiência pública diversos dirigentes sindicais. Entre eles, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Daro Marcos Piffer; o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos; e o vice-presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto. A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical devem enviar representantes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Juristas estudam projeto que reduz burocracia

A Comissão de Juristas da Desburocratização avaliou na terça-feira a primeira versão do anteprojeto da Lei Geral da Desburocratização. Elaborada pelo jurista Otavio Luiz Rodrigues Junior, essa versão do projeto será examinada agora por cada um dos integrantes da comissão e, na próxima reunião do colegiado, eles deverão discutir cada artigo do texto. A futura lei já foi apelidada de Estatuto da Eficiência.

O relator da comissão, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, afirmou que alguns temas na área tributária já foram decididos, como a unificação dos números de inscrição das empresas.

Para Toffoli, o Estatuto da Eficiência vai atender uma demanda antiga da sociedade, que é ter acesso mais fácil aos serviços públicos.

O projeto contém o princípio da presunção de boa-fé do administrado e, por isso, segundo o autor, inverte a

prioridade. Ao invés de criar obrigações, cria proibições para o administrador. Por exemplo, veda a exigência de apresentação de certidões, declarações ou documentos que constem dos bancos de dados de entes públicos e de entidades.

Outra proibição seria a de exigir autenticação de documentos ou reconhecimento de firma para o exercício de direitos ou celebração de contratos, a não ser quando houver dúvida fundada quanto à existência ou idoneidade.

Banco de dados único

Um capítulo da lei será destinado à unificação dos bancos de dados. Segundo a proposta, todas as informações de caráter pessoal, tributário e administrativo deverão estar em um banco de dados único, independentemente do nível federativo, ou seja, federal, estadual, distrital ou municipal.

O presidente da comissão,

ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, afirmou:

— O primordial é que os bancos de dados das administrações públicas federal, estadual, municipal e distrital se interliguem para que o cidadão ou o empresário, ao chegar ao balcão de um órgão público, não precise apresentar aquele rol de documentos, já que todos os dados cobrados são mantidos pela administração pública em seus bancos de dados.

De acordo com ele, a futura lei deverá prever sanções para que a administração pública a cumpra rigorosamente.

Na proposta, estariam submetidos à lei os órgãos públicos, as autarquias e os agentes em colaboração com a administração pública.

De motoristas de táxi e empresas de ônibus até os órgãos administrativos dos entes da Federação, todos deverão seguir os princípios e as restrições da lei.

Aprovada punição maior por bloqueio de vias

Texto acatado prevê dezenas de alterações no Código de Trânsito, como a sanção a pedestres e a classificação de uso do celular ao volante como infração gravíssima

O SENADO APROVOU a medida provisória que aumenta a punição para quem utilizar veículos para bloquear vias públicas. A MP 699/2015, que vai à sanção, foi acatada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 4/2016), que inclui pedestres entre os que podem ser punidos e faz dezenas de outras mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB — Lei 9.503/1997).

Atualmente, o Código de Trânsito considera o bloqueio proposital de via como infração gravíssima e prevê multa de R\$ 191,54, com apreensão do veículo. A MP cria uma nova categoria de infração de trânsito, definindo-a como “usar o veículo para interromper, restringir ou perturbar a circulação na via”.

De acordo com o texto aprovado, relatado por Acir Gurgacz (PDT-RO), em vez de multa de 30 vezes o valor normal (R\$ 5.746,20), como previsto na MP, ela será de 20 vezes (R\$ 3.830,80). Essa multa será dobrada em caso de reincidência no período de 12 meses.

Caminhoneiros

Editada em novembro de 2015, a medida, segundo a oposição, foi uma reação do governo ao protesto de algumas lideranças de caminhoneiros que bloqueou estradas em 14 estados. Pelo fato de o movi-

mento não ter tido a adesão da maior parte da categoria, o Executivo argumentou que ele tinha caráter político, pois os caminhoneiros participantes pediam o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Alvaro Dias (PV-PR) criticou a postura do Executivo ao tentar “arrefecer” os caminhoneiros e votou contra a medida. Ainda segundo ele, a MP chegou ao Congresso com uma página e termina com mais de 20:

— Uma alteração pontual virou uma verdadeira reforma no Código de Trânsito — afirmou.

Uber

Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) reclamaram da inclusão de uma emenda, na Câmara dos Deputados, proibindo as atividades do aplicativo Uber. Segundo eles, o tema é alheio ao texto original, e não poderia ser votado sem ser discutido com a sociedade. Depois de um entendimento entre os senadores, a emenda foi impugnada por ter sido considerada estranha à MP.

Simuladores

A proposta foi aprovada sem fazer menção à exigência de simuladores em auto-escolas. Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou uma emenda para proibir tal exigência aos condutores de veículos de passeio



Plenário aprovou projeto de conversão da Câmara, mas excluiu emendas sobre o aplicativo Uber e simulador em auto-escola

(habilitação da categoria B) e motocicletas (categoria A).

— Esses simuladores vão encarecer a vida do cidadão e poucas escolas vão conseguir adquirir o equipamento. Não tem explicação lógica para isso. O que queremos é antecipar a legislação, não deixando que o Contran [Conselho Nacional de Trânsito] imponha mais no futuro tal exigência — disse.

José Pimentel (PT-CE) argumentou que o assunto já havia sido discutido na comissão mista que analisou a MP e foi excluído do texto. Além disso, argumentou, o Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou contrariamente a tal exigência. Portanto, seria melhor aprovar a medida provisória sem novas alterações em relação ao assunto.

O que prevê o PLV 4/2016

- Recolhimento do veículo:** Os serviços de recolhimento, depósito e guarda poderão ser executados diretamente pelo órgão de trânsito ou por particular contratado por ele. Os custos serão de responsabilidade do proprietário do veículo rebocado.
- Bafômetro:** Para quem se recusar a se submeter a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento de identificação do uso de álcool ou entorpecente será aplicada multa de dez vezes o valor base (R\$ 1.915,40). Se houver reincidência em até um ano, a penalidade será dobrada.
- Homicídio e racha:** Retirou do código a pena de reclusão de 2 a 4 anos para homicídio culposo praticado por motorista que atuou em racha, estiver embriagado ou em uso de substâncias psicoativas. A intenção é permitir ao juiz usar a pena prevista no Código Penal.
- Transporte clandestino:** Realizar transporte coletivo de passageiros sem autorização passa a ser infração gravíssima, com multa de seis vezes o valor base (R\$1.149,24) e recolhimento da CNH.
- Celular:** O uso de telefone celular ao volante passa a ser considerado infração gravíssima se o condutor estiver segurando ou manuseando o aparelho.
- Curso de reciclagem:** Para os motoristas profissionais, a participação em curso preventivo de reciclagem ao atingir 14 pontos de multas na CNH será opcional. Se fizer o curso, poderá ter a pontuação zerada.
- Sucatas:** Mesmo se o recolhimento do carro pelo Detran tiver sido determinado judicialmente ou pela polícia, serão dados 60 dias para a retirada dos depósitos antes de o veículo ir a leilão. Carro irrecuperável ou sucata poderão ir à reciclagem siderúrgica ou ter peças aproveitadas no leilão.

Apoio à eficiência energética vai a sanção

A reserva, para aplicação no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de 20% dos recursos das empresas de energia elétrica destinados à eficiência energética foi aprovada ontem em Plenário. O projeto (PLS 430/2011) segue para a sanção.

O Procel promove a racionalização do consumo de energia elétrica, por meio de ações de combate ao desperdício. O texto aprovado é o substitutivo da Câmara (SCD 24/2015) ao original do Senado.

O projeto, de Ana Amélia (PP-RS), também cria um Comitê Gestor de Eficiência Energética e transfere para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a competência para definir o calendário de

recolhimento, as multas, punições e a forma de pagamento dos recursos que devem ser investidos no Procel.

Para a senadora, a futura lei pode estimular o crescimento econômico e industrial, porque impactará em vários programas “não só sobre inovação, mas sobre o setor industrial e

programas sociais que ajudam, por exemplo, a família a trocar a geladeira por uma que consome menos energia”.

Até 80% dos recursos de eficiência energética poderão ser aplicados em unidades consumidoras beneficiadas pela tarifa social, comunidades de baixa renda e rurais.



Ana Amélia acredita que a proposta deve estimular o crescimento econômico

Artes, dança, música e teatro poderão ser disciplinas da educação básica

Dança, música, teatro e artes visuais podem passar a integrar os currículos dos diversos níveis da educação básica, segundo projeto aprovado ontem pelo Plenário.

O substitutivo da Câmara ao PLS 337/2006 vai a sanção presidencial. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantação desses componentes curriculares nos ensinos infantil, fundamental e médio.

A lei já prevê que o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais,

seja componente curricular obrigatório na educação básica, “de forma a promover o desenvolvimento cultural”.

Para o relator na Comissão de Educação, Cristovam Buarque (PPS-DF), a essência da proposta do ex-senador Roberto Saturnino Braga foi mantida no substitutivo da Câmara, que trocou “artes plásticas” por “artes visuais” e incluiu a dança no texto.

— Esse é um projeto que só traz vantagens. Sem isso, não conseguiremos criar uma consciência, nem ensinar os jovens a deslumbrarem-se com as belezas do mundo, o que é tão importante como fazê-los entender, pela ciência, a realidade do mundo — disse.

Senado votará novas regras sobre precatórios na próxima semana

O Senado votará na próxima semana duas propostas para agilizar o pagamento dos precatórios, as dívidas que a União, estados e municípios possuem com o cidadão que ganhou um processo judicial.

Ontem foi aprovado calendá-

rio especial assinado por todos os líderes para garantir a votação das duas em sequência.

A PEC 159/2015 permite o financiamento da parcela que ultrapassar a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida

dos estados, Distrito Federal e municípios nos cinco anos imediatamente anteriores. E autoriza o pagamento parcelado, em até seis exercícios, de precatório com valor superior a 15% do montante dos precatórios apresentados.

Já a PEC 152/15 cria novo regime especial de pagamento, com prazo máximo de dez anos. Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, os estados e municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial, 1/12 do valor

calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. Pelo menos 50% da verba serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica.

Acordo com TCU vai corrigir desvios na reforma agrária, afirma ministro

Senadores questionaram Patrus Ananias com dados do tribunal que identificou 578 mil beneficiários irregulares, como políticos e empresários

O INSTITUTO BRASILEIRO de Colonização e Reforma Agrária (Incra) firmou acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), há quatro semanas, para corrigir irregularidades entre beneficiários da reforma agrária. Essa informação foi transmitida ontem aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), durante audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

Os parlamentares questionaram o ministro sobre medida cautelar do TCU, divulgada pela imprensa, determinando a paralisação do Programa Nacional de Reforma Agrária, depois que auditoria do tribu-



Audiência interativa com Patrus Ananias discutiu irregularidades entre assentados do programa de reforma agrária

nal identificou que o cadastro do Incra, de cerca de 1,5 milhão de beneficiários, inclui 578 mil em situação irregular.

— Estamos aguardando o TCU dar publicidade a sua decisão para termos a exata dimensão das questões. Estamos muito atentos a elas, tanto que firmamos um acordo para trabalharmos em sintonia com o tribunal e corrigirmos eventuais distorções — afirmou o ministro.

Ana Amélia (PP-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) citaram dados levantados em auditorias do TCU, publicados em reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* na quarta-feira, que revelaram concessão de lotes para 1.017 políticos, 4.293 pessoas com alto poder aquisitivo, 37 mil pessoas falecidas, 61 mil empresários e milhares de beneficiários que possuem cargos públicos, o que é proibido por lei.

— É preciso ter controle maior e melhor do cadastro. O programa deve dar terra para quem precisa e tem vocação rural — ressaltou Moka.

Blairo Maggi (PR-MT) e Wellington Fagundes (PR-MT) também criticaram essas irregularidades.

— Não acho que terra deve ser reserva de capital. Deve ser para quem quer produzir e ama o que faz. Nos assentamentos não predominam tais características — disse Blairo.

Já Donizeti Nogueira (PT-TO) lamentou que, por muitos anos, a reforma agrária tenha sido usada com o propósito de

retirar das cidades pessoas em situação de miséria.

No início da audiência, o ministro apresentou balanço dos principais programas da pasta e anunciou a decisão, para o próximo Plano Safra, de fortalecer a produção de alimentos saudáveis e de maior consumo pelos brasileiros, contribuindo assim para o controle da inflação.

— Vamos propor que tenha tratamento especial quem planta feijão, arroz, milho, hortaliças e outros produtos vinculados à segurança alimentar e nutricional dos brasileiros — informou.

Polêmica

Ronaldo Caiado (DEM-GO) acusou o governo de entregar a gestão do Incra ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apoiar manifestações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pela violência no campo.

— Vossa Excelência faz parte de que estatura dessa graduação do exército vermelho do Lula, que ele conclama para enfrentar os movimentos democráticos? — perguntou Caiado.

Donizeti protestou contra a forma que o colega se dirigiu ao ministro. Frente à troca de acusações entre os dois, a presidente da CRA encerrou o debate.

Simone Tebet critica governo e economia: “Microcefalia política”

No Dia Mundial da Saúde, Simone Tebet (PMDB-MS) traçou o quadro alarmante do país nessa área, com a epidemia de microcefalia e as demais complicações causadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Também criticou o que acontece na política e na economia. Chamou de “microcefalia política”, que afeta principalmente os políticos e impede o enfrentamento das grandes questões do país.



Geroldo Magalhães/Agência Senado

País precisa de mais agentes de saúde, defende Pinheiro

Walter Pinheiro (sem partido-BA) afirmou ontem que a falta de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias foi fator decisivo para a proliferação de doenças, como a dengue e o vírus Zika. Segundo o parlamentar, não adianta colocar o Exército na rua. Há boa vontade, mas eles não têm o conhecimento necessário para tratar o problema com eficácia.



Geroldo Magalhães/Agência Senado

Manaus tem um dos piores saneamentos do país, diz Vanessa

A falta de saneamento em Manaus colocou a capital do Amazonas na 97ª posição no ranking divulgado recentemente pelo Instituto Trata Brasil, que avaliou o esgotamento sanitário de 100 maiores municípios do país, lamentou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, apenas 9,9% da população manauara tem coleta de esgoto. Manaus só está à frente de Macapá, Porto Velho e Ananindeua (PA).



Geroldo Magalhães/Agência Senado

Senadores criticam postura de colega durante debate

Em Plenário, depois da audiência, senadores petistas pediram punição de Ronaldo Caiado (DEM-GO) pelo comportamento “agressivo e desrespeitoso” com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), disse que “a grosseria do senador foi tamanha”, que obrigou o encerramento da reunião da CRA.

— É uma questão de educação. Alguma atitude deve ser tomada. No mínimo, chamar a atenção. Não podemos reproduzir aqui o clima da Câmara, onde respeito não existe mais. Não vamos tolerar agressividade e desrespeito — disse.

Caiado alegou que em momento algum faltou com respeito ao ministro e que apenas perguntou sobre irregularidades denunciadas nos assentamentos do Incra.

— Formular pergunta é desrespeito? Qual a palavra que feriu o decoro parla-

mentar? Querem me levar ao Conselho de Ética porque formulei perguntas sobre os fantasmas cadastrados no Incra? — indagou Caiado.

Os senadores José Pimentel (PT-CE), Donizeti Nogueira (PT-TO), Fátima Bezerra (PT-RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também criticaram o comportamento do colega e pediram punição.

Em sua argumentação, Caiado afirmou ainda que o ministro do Desenvolvimento Agrário o deixou sem resposta.

— O ministro fugiu do debate. Ministro fujão... porque não tem como responder.

Caiado disse ter uma atitude veemente nas perguntas e que não é próprio de sua personalidade “apelidar as palavras”:

— Não uso o vocabulário do Lula. O meu é outro. Respeitoso, mas corajoso o suficiente para botar o dedo na ferida — afirmou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Corte prejudica Forças Armadas, diz Aldo Rebelo

Senadores manifestaram preocupação de que a redução dos recursos para defesa nacional prejudique a segurança das fronteiras brasileiras, sobretudo na região amazônica

AS FORÇAS ARMADAS têm sido “duplamente atingidas” pelas restrições orçamentárias impostas pelo governo, disse ontem o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Em primeiro lugar, observou, a Defesa sofre de forma imediata os cortes impostos também a outras pastas. Em segundo, disse ele, os cortes aprofundam uma tendência histórica de diminuição comparativa de investimentos em relação ao produto interno bruto (PIB).

— As Forças Armadas do Brasil têm recebido uma média de recursos inferior à de outros países do Brics [grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] e da América do Sul. Estamos buscando contornar o contingenciamento de recursos de forma a retirar a parte que se destina a programas estratégicos — informou Rebelo.

Amazônia

O ministro observou que o Brasil tem mais de 17 mil quilômetros de fronteiras a serem defendidas, além de um espaço aéreo de dimensões continentais e uma “gigantesca” geografia marítima. Ele ressaltou o papel estratégico da defesa da região amazônica, onde se encontra a maior faixa de fronteira com os demais países da América do Sul. A região, disse o ministro, tem “vulnerabilidades diversas”



Aldo Rebelo (E), ao lado de Aloysio Nunes, afirmou que o orçamento das Forças Armadas brasileiras é inferior ao dos países do Brics e da América do Sul

em função da grande expansão territorial, da baixa densidade demográfica, do baixo índice de desenvolvimento e da presença do crime transnacional.

— Só reduziremos as vulnerabilidades da Amazônia e a sua exposição aos riscos do crime organizado se a região for beneficiada por medidas de caráter mais ousado e ambicioso. Se não oferecermos à Amazônia apoio e solidariedade, temo que os laços de identidade que ligam aquelas populações à nacionalidade possam conhecer um processo de fragilização — advertiu o ministro.

Em relação à segurança dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, Aldo Rebelo procurou tranquilizar os parlamentares informando que os recursos para a proteção do evento não foram contingenciados pelo governo.

A redução de recursos destinados à defesa nacional foi um dos principais temas do debate entre o ministro e os parlamentares da comissão. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou o papel “fundamental” das Forças Armadas na região amazônica, apesar do orçamento “extremamente insuficiente”. Já Ana Amélia (PP-RS) alertou para o risco de os cortes orçamentários virem a prejudicar não apenas os projetos estratégicos dos militares, mas os próprios gastos de custeio das Forças Armadas.

Cristovam Buarque (PPS-DF) destacou a necessidade de garantir a independência tecnológica das Forças Armadas brasileiras. Ele também defendeu a expansão do serviço militar obrigatório, para garantir boa formação aos jovens e evitar que muitos

deles venham a participar do crime organizado.

A segurança pública também foi tema da manifestação do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ele informou que a violência tirou a vida de 58 mil pessoas no país em 2014, mais do que em diversas guerras que acontecem pelo mundo. O senador também demonstrou preocupação com a continuidade dos investimentos na produção de helicópteros e veículos blindados em Minas Gerais.

Base de Alcântara

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) — que dividiu a presidência da audiência pública com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) — manifestou preocupação com a retomada do projeto de lançamento de foguetes da base de Alcântara, no Maranhão.

Ele lembrou que, recentemente, o governo brasileiro rompeu acordo com a Ucrânia nesse sentido. Segundo o senador, um acordo semelhante a esse foi feito com os Estados Unidos, mas não obteve aprovação do Congresso Nacional.

Em resposta, o ministro Aldo Rebelo informou que visitou os Estados Unidos no ano passado, ainda como ministro da Ciência e Tecnologia. De acordo com o ministro, os dois governos manifestaram, no encontro, disposição de retomar o debate sobre o acordo de salvaguardas para permitir o lançamento de satélites na base de Alcântara.

Ao final da reunião, Aloysio Nunes Ferreira informou que foi remarcada para 12 de maio a participação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em audiência pública da comissão.

Avança projeto que autoriza brigada voluntária

Os municípios podem passar a organizar brigadas voluntárias para combate a incêndios. Projeto (PLC 71/2012) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A ideia é a de que voluntários auxiliem, sem remuneração, em atividades complementares às do corpo de bombeiros.

O texto, que segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), teve relatório favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador apresentou emenda para garantir o treinamento adequado dos voluntários. Segundo ele, o objetivo é evitar que as pessoas causem danos a si mesmas ou a outras. Para Raupp, é preciso padronizar as brigadas, que de outra forma poderiam adotar procedimentos conflitantes com práticas preconizadas pelos corpos de bombeiros militares.

Além disso, a cidade que não tiver uma unidade de corpo de bombeiros militar, ou que

nem seja atendida por alguma unidade de município vizinho, poderá celebrar um convênio com os bombeiros para organizar as brigadas voluntárias.

— Com isso o corpo de bombeiros fica responsável pela coordenação das atividades, por treinamento e pela cessão de equipamentos — disse Raupp, observando que há municípios sem capacidade financeira de arcar com a aquisição e manutenção de equipamentos de combate a incêndios.

Bons resultados

O autor, deputado Sandes Junior (PP-GO), observou que países como Estados Unidos, Alemanha e Chile têm alcançado bons resultados na defesa civil por meio de brigadas voluntárias. No relatório, Raupp menciona um levantamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, segundo o qual apenas 11% das cidades no Brasil contam com unidades dos bombeiros.

— As brigadas voluntárias

poderiam ter salvado muitas vidas, como nos deslizamentos de terra em Angra dos Reis [53 mortos]; nos deslizamentos de terra em Niterói [56 mortos]; no incêndio na boate Kiss em Santa Maria [242 mortos] ou ainda em deslizamentos de terra na região serrana do Rio de Janeiro — acrescentou.

Foi aprovado também o requerimento do presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para que seja realizada audiência pública com o embaixador argentino, Carlos Magariños. Na pauta, um balanço dos últimos 30 anos de integração econômica entre as duas nações.

Também foram concedidas vistas coletivas a relatórios sobre as nomeações de diplomatas para embaixadas. São eles Nedilson Ricardo Jorge, para a embaixada do Brasil na África do Sul; Aldemo Serafim Garcia para a embaixada brasileira no Timor-Leste; e Leonardo Carvalho Monteiro para a embaixada na Mauritània.

CPI deve votar convocações de Del Nero e Teixeira novamente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou que a CPI do Futebol refaça a votação dos requerimentos que convocam Marco Polo Del Nero e Ricardo Teixeira para depoimento. Eles haviam sido aprovados em reunião da quarta-feira. Senadores recorreram da decisão e a palavra final sobre o assunto será do Plenário.

A determinação veio em resposta a uma questão de ordem levantada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), membro da CPI. Segundo ele, a votação foi realizada sem o quorum necessário e, portanto, deve ser invalidada.

Renan afirmou que o quorum foi verificado corretamente, mas determinou a repetição da votação para garantir o contraditório, uma vez que não houve pedido de verificação de votos.

A decisão foi contestada no Plenário por alguns senadores. Randolfe Rodrigues

(Rede-AP), que esteve presente à reunião, relatou que os membros que se opunham às convocações optaram por não comparecer. Para Randolfe, a deliberação da CPI deve ser mantida porque o quorum foi obtido mesmo sem a presença dos que se opõem à convocação.

— Houve uma tentativa de obstrução que foi derrotada pela maioria — argumentou.

Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Alvaro Dias (PV-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também recorreram da decisão de Renan. O presidente encaminhou o recurso para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deve dar parecer em até dois dias úteis. Depois disso, a decisão definitiva sobre a questão será do Plenário.

Até a deliberação definitiva, as convocações de Del Nero, Teixeira e outros dois investigados da CPI estão suspensas.

Conselho remarca depoimento de Delcídio

Senador fez duas cirurgias e entrou com novo atestado médico. Para alguns membros do Conselho, Delcídio está tentando ganhar tempo

DIANTE DA SEGUNDA ausência consecutiva do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS), o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu remarcar o depoimento dele para o dia 19, às 10h. A decisão foi tomada após a assessoria do senador apresentar novo atestado médico para justificar o não comparecimento do senador ao conselho, previsto para ontem.

Delcídio foi internado no Hospital Sírio-Libanês, na capital paulista, onde foi submetido a duas cirurgias, uma para retirada da vesícula e outra de pólipos no intestino. Conforme o documento, ele precisará de até dez dias, a contar de terça-feira, para estar plenamente recuperado.

O parlamentar já havia sido convocado para prestar esclarecimentos ao colegiado em 23 de março, mas apresentou na ocasião um atestado médico alegando problemas de saúde.

Caso não seja possível depor pessoalmente, Delcídio pode



Daniel Kalume, ao lado de João Alberto e Telmário: advogado quer acesso à delação de Cerveró antes do depoimento

ser ouvido por videoconferência ou apresentar a defesa por escrito. O Conselho de Ética oferece ainda a possibilidade de um grupo de senadores ir até onde o parlamentar estiver para ouvir sua defesa.

— Estamos dando a Delcídio 15 dias para atender todas as demandas e estamos oferecendo quatro opções para ele apresentar a defesa — justificou o relator, Telmário Mota (PDT-RR).

O presidente do conselho, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que rece-

beu uma ligação de Delcídio na manhã de ontem em que o senador pelo Mato Grosso do Sul manifestou interesse em apresentar a defesa em futura reunião.

Entrevistas

Os membros do conselho se queixaram do fato de o senador ter concedido entrevistas no período em que estaria enfermo, conforme indicaria o atestado médico anterior. Para Telmário e outros senadores, está claro que Delcídio está tentando ganhar tempo. Eles

concordaram, no entanto, em garantir a ele o direito de defesa a fim de que não se abra espaço para questionamentos legais dos trabalhos conduzidos pelo Conselho de Ética.

— Minha preocupação é de não ter nenhum problema de nulidade nesse processo. Eu acho que está compreendido aqui que toda a tolerância, todo o espaço de defesa está sendo dado — assinalou Randalfe Rodrigues (Rede-AP).

Essa pode ser a última oportunidade de Delcídio apresentar sua defesa perante

o Conselho de Ética. Caso o parlamentar não o faça, o relator cogita pedir a finalização da fase de instrução e pode elaborar um parecer sem a manifestação de Delcídio. A decisão sobre isso, no entanto, só será dada no dia 19.

Delação

O Conselho de Ética aguarda o envio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da íntegra da delação premiada feita por Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, sobre o esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. A documentação deverá ser incluída no relatório final da comissão. O colegiado aprovou requerimento que garante prazo de cinco dias, contados do recebimento, para a defesa manifestar-se sobre o material.

Um dos advogados de Delcídio do Amaral, Daniel Kalume, reforçou a necessidade de que a defesa tenha acesso à documentação assim que ela chegar do Supremo.

— Não tivemos ciência dessa documentação ainda. Reafirmo o pedido de análise desses documentos antes do depoimento — ressaltou Daniel Kalume.

Cássio protesta contra tentativa de compra de votos pelo Planalto

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) aproveitou a celebração, ontem, do Dia Mundial da Saúde para protestar contra o “quadro de calamidade pública”, que considera marcar o país neste momento.

— O Brasil tem medo do desemprego, da desassistência, da morte. É muito grave o que acontece. O que se vê é uma prática política deplorável, que se via na década de 30, com uma tentativa de compra de votos imoral e indecente.

Ao mencionar a compra de apoio político, o parlamentar pela Paraíba leu trecho do editorial “Voto de Cabresto”, publicado ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O texto faz uma analogia entre a busca de aliados pelo atual governo no Congresso Nacional, na tentativa de barrar o eventual impeachment da presidente Dilma Rousseff, e o regime de “coronéis” na República Velha (década de 30), quando chefes políticos locais pressionavam os eleitores a votar em seus candidatos.



Genaldio Magliolo/Agência Senado

Capiberibe propõe referendo para mandato de presidente e vice

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou em Plenário a apresentação de uma proposta de revogação dos mandatos de presidente e vice-presidente da República mediante referendo. O parlamentar disse ter sugerido ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a constituição de uma comissão especial para analisar a sua proposta (PEC 16/2016) e outras em tramitação na Casa com propósito semelhante.

Capiberibe previu que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff será traumático seja qual for o resultado — afastamento ou não da chefe do governo — pelo sectarismo que impera no país. Para ele, quando o esgarçamento da sociedade chega ao nível atual, só há duas possibilidades: o confronto ou o pacto.

Segundo o senador, cabe aos políticos promover o reencontro com a sociedade. Para ele, a proposta que permite a revogação de mandato pode ser um instrumento de debate e negociação com esse objetivo.



Genaldio Magliolo/Agência Senado

Governo pode não conseguir pagar salários, alerta Blairo

O senador Blairo Maggi (PR-MT) alertou para o risco de o governo, até o fim do ano, não ter condições de honrar seus compromissos mais triviais, como pagamento de salários de servidores públicos, e conclamou o Congresso Nacional a tomar a dianteira em busca de uma solução da crise.

Blairo disse que não se pode “deixar o país sangrar meses a fio, porque isso trará consequências desastrosas, amplas e irremediáveis para o Brasil”.

— É preciso que tomemos as rédeas da situação e coloquemos um ponto final nessa crise, para o bem do desenvolvimento, da economia, da política, da população e da democracia brasileira.

Em aparte, Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que Blairo fez uma radiografia do desmonte do país e que serão necessários muitos anos para conseguir recuperar a economia. Também Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o caos “assombra a população, fustigada pelo desemprego e pelas epidemias”.



Genaldio Magliolo/Agência Senado

Vai à sanção projeto que cria Dia de Combate ao Bullying

O dia 7 de abril deve entrar para o calendário como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Projeto com essa finalidade foi aprovado pelo Plenário do Senado ontem, exatamente cinco anos depois do massacre de Realengo. Em escola desse bairro, no Rio de Janeiro, 12 crianças foram assassinadas. Há indicações de que o autor enfrentou na infância situações de bullying. Ex-aluno do estabeleci-

mento, o assassino contava então com 23 anos de idade. Depois de burlar a vigilância, ele invadiu a escola e passou a disparar tiros contra estudantes, professores e funcionários. Tirou a vida de dez meninas e dois meninos, com idades entre 13 e 16 anos.

Abusos

Depois de preso, ele justificou o ato como resposta a abusos de que teria sido vítima por muitos anos, praticados

por antigos colegas.

O caso foi lembrado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ao apelar ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 7/2014 fosse incluído na pauta da sessão do dia do aniversário da tragédia, como item extrapauta.

Agora o projeto seguirá para sanção presidencial.

— Esta é uma data de triste memória, entretanto, uma

data a qual precisamos utilizar para refletir sobre o problema crescente da violência no Brasil e, sobretudo, da violência entre os jovens — justificou Vanessa. A senadora havia sido a relatora do projeto na fase de exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Reflexão

O autor, o ex-deputado Artur Bruno, do Ceará, justificou que a data deve servir a iniciativas que chamem a atenção

para a preocupante questão do bullying, estimulando a reflexão.

Para Vanessa, a escolha da data da pior tragédia já ocorrida no país relacionada a esse tipo de problema amplia a necessidade de mais empenho em medidas de conscientização. Segundo ela, o que ocorreu em Realengo motiva indagações sobre o padrão de desenvolvimento cognitivo e emocional que vem sendo proporcionado aos jovens.